

Veículo: Folha de São Paulo	Caderno: Mercado
Data: 04/10/2019	Página: --

FOLHA DE S.PAULO

★ ★ ★

Governo levanta R\$ 78,6 bilhões com privatizações no ano, diz ministério

Política busca retirar pressão do caixa da União; já foram congelados mais de R\$ 30 bi em despesas no governo Bolsonaro

Danielle Brant
BRASÍLIA

O governo já levantou R\$ 78,6 bilhões com privatizações e desinvestimentos em 2019, segundo informações divulgadas na noite desta quinta-feira (3) pelo Ministério da Economia. Contando concessões e venda de ativos naturais, o resultado chega a R\$ 96,2 bilhões, batendo a meta estipulada para o ano inteiro, que era de arrecadar US\$ 20 bilhões (R\$ 82 bilhões).

Na lista divulgada entram operações realizadas no ano passado e integralizada em 2019, como a venda das distribuidoras Amazonas Energia e Ceal, da Eletrobras, assim como da participação de 75% que a estatal tinha na usina Uirapuru Transmissora.

Até setembro, foram concluídas as vendas da participação do Banco do Brasil e da Caixa no IRB (Instituto de Resseguros do Brasil). Em relação à Petrobras, foram contabilizadas a venda da BR Distribuidora, da refinaria de Pasadena e da TAG.

Nas concessões, que responderam por R\$ 5,7 bilhões do total, há aeroportos da Infraero e terminais do Porto de Santos. A venda de ativos naturais, como campos de petróleo Enchova e Pampo, levantou R\$ 11,9 bilhões.

A Secretaria de Desestatização, Desinvestimento e Mercados do ministério revisou para cima o número de estatais federais desde o começo do governo de Jair Bolsonaro. Segundo o secretário Salim Mattar, são 637 estatais federais com participação direta e indireta da União –no início do ano, eram 440.

Nesse total estão também empresas em que a União tem participação minoritária, como a Vale, Itaú Unibanco, Oi e Ambev.

Em coletiva, Mattar criticou ainda a lentidão do processo de venda de outras empresas com participação da União.

“Num primeiro momento, está sim, até pela minha própria ansiedade, mais lento do que eu esperava. Mas o estado brasileiro é tão gigante, é tão lento e tão burocrático, que nada é fácil de fazer aqui”, afirma.

O secretário ressaltou ainda que Petrobras, Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil não estão no radar para privatização no momento.

O governo também tenta se desfazer de outros ativos. Em agosto, ampliou o escopo de projetos que deseja conceder à iniciativa privada ao incluir presídios, escolas, creches e parques nacionais no PPI (Programa de Parcerias de Investimentos), a fim de reduzir os desembolsos da União com despesas.

Foram incluídas nove estatais no programa: Telebras, Correios, ABGF (Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias), Emgea (Empresa Gestora de Ativos), Serpro (Serviço Federal de Processamento de Dados), Dataprev (Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social), Ceagesp, Ceitec (Centro de Excelência em Tecnologia Eletrônica Avançada) e porto de Santos.

Outras seis já haviam sido qualificadas: Eletrobras, CBTU (Companhia Brasileira de Trens Urbanos), Trensurb (Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre), Ceasaminas (Centrais de Abastecimento de Minas Gerais), Codesa (Companhia Docas do Espírito Santo) e Casa da Moeda.

Mattar disse que ainda neste ano deve ocorrer uma reunião no PPI com um novo grupo de empresas que o governo quer vender, mas não quis antecipar quando ocorrerá nem quais serão as companhias.

A Lotex, responsável pelas raspadinhas, também será concedida, assim como a venda de participação da União no Banco do Brasil que supere o controle acionário. A intenção é vender até 20,785 milhões de papéis do banco sem prejuízo à posição de controlador, segundo o governo.

A venda de ações do BB é a única operação que, na prática, poderá ocorrer neste ano, por depender só da União para se concretizar. Todos os demais projetos estão na fase de estudos de viabilidade e o processo só deve ser concluído no próximo ano.

Essa política pretende retirar a pressão do caixa da União. Já foram congelados mais de R\$ 30 bilhões em despesas no governo de Jair Bolsonaro.

O governo também quer vender a Eletrobras e os Correios, mas a privatização de ambos depende de aval do Congresso, segundo entendimento do governo. Isso porque o Supremo já se pronunciou dizendo que a venda de conglomerados estatais criados por lei precisa ter aprovação do Legislativo.

R\$ 96,2 BI

é o resultado levantado pelo governo com privatizações e desinvestimentos neste ano se forem contabilizadas concessões e venda de ativos naturais

R\$ 82 BI

era a meta estipulada para o ano inteiro

637

estatais federais com participação direta e indireta da União

Veículo: G1	
Data: 04/10/2019	Caderno: Política



Governo quer dar poder a parlamentares na divisão de recursos do pré-sal para concluir reforma da Previdência

04/10/2019 08h02 Atualizado há uma hora

Em busca de garantir a votação em segundo turno da **reforma da Previdência** na próxima semana, a equipe econômica propôs aos presidentes da Câmara, **Rodrigo Maia** (DEM-RJ), e do Senado, **Davi Alcolumbre** (DEM-AP), acordo na divisão dos recursos do leilão do pré-sal conferindo poder a deputados e senadores na distribuição de parte destas verbas para seus redutos eleitorais.

Na **proposta em análise na Câmara**, que trata da **divisão dos R\$ 106 bilhões** que serão arrecadados com o leilão do excedente de petróleo da cessão onerosa, 15% dos recursos iriam para estados e outros 15% para municípios.

Deputados chiaram porque a regra beneficia principalmente governadores do Nordeste, que ficaram contra a reforma da Previdência. Para agradar deputados e também senadores, o **Ministério da Economia** propôs nova divisão: 10% para estados, 10% para municípios e 10% para deputados e senadores enviarem, por meio de emendas de bancadas, para seus redutos eleitorais nos estados e municípios na forma de investimentos.

Seria uma forma de dar poder a quem tem voto dentro do Congresso Nacional. A proposta foi apresentada nesta quinta-feira (3) a Rodrigo Maia e Davi Alcolumbre, que vão agora negociar com seus líderes. Dentro do governo, a esperança é a de que Câmara e Senado fechem acordo logo para finalizar **reforma da Previdência** ainda na próxima semana.

Mas um acordo virá, apostam assessores do presidente **Jair Bolsonaro**. Afinal, se não vier, estados e municípios ficam sem os recursos do pré-sal, e isso nenhum dos dois lados quer. O que está acontecendo, destaca um interlocutor de Bolsonaro, é uma guerra política pelo dinheiro do pré-sal, com adversários não querendo vitimar seus concorrentes no próximo ano, de eleição municipal.

O projeto em análise na Câmara foi **aprovado no Senado** depois de um acordo inicial que envolveu governo, senadores e Câmara dos Deputados. Só que, depois de aprovado com modificações pelo Senado, o texto teve de voltar para análise de deputados. Agora, eles ameaçam mudar a divisão feita no Senado e elevar a participação de municípios, reduzindo a de estados.

O texto prevê que, dos R\$ 106 bilhões a serem arrecadados no leilão marcado para novembro, cerca de R\$ 36 bilhões serão usados para indenizar a **Petrobras**, que pesquisou a área que será devolvida à União para ser leiloada. Dos R\$ 70 bilhões restantes, 67% ficam com a União, 3% vão para estados produtores de petróleo, basicamente o Rio de Janeiro, e 30% para estados e municípios divididos em partes iguais.

Diante do impasse na Câmara, a equipe econômica fez a nova proposta de divisão da parcela de estados e municípios. Dos 30%, 10% iriam para estados, 10% para municípios e os outros 10% para que deputados e senadores apresentem emendas de bancada no Orçamento da União para serem destinados à seus redutos eleitorais.

Senadores **ameaçam atrasar o segundo turno de votação** da reforma da Previdência enquanto não for fechado um acordo. Nesta quinta, o governo chegou a dizer que **mantinha seu apoio ao acordo no Senado**. Mudou de ideia depois de ser avisado que a Câmara não aceitava de jeito nenhum.

Veículo: O Globo	Online
Data: 04/10/2019	Coluna: Economia



Empresas perdem força em novo tribunal da Receita

Portaria do Ministério da Economia cria comitê que ficará responsável pelas súmulas que norteiam os julgamentos no Carf. Tributaristas e associação de conselheiros apontam risco de desequilíbrio nas decisões

Empresas que recorrem ao Carf contra multas do Fisco não terão mais assento em novo comitê, o que pode gerar desequilíbrio nas decisões.

Uma portaria do Ministério da Economia modificou a maneira como são propostas e aprovadas as súmulas do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), ao instituir o Comitê de Súmulas da Administração Tributária Federal (Cosat). O novo colegiado, composto pelo presidente do Carf, pelo secretário especial da Receita Federal e pelo procurador-geral da Fazenda Nacional, não conta com representação direta dos contribuintes, ou seja, das empresas que recorrem ao Carf.

O Carf funciona como um tribunal da Receita Federal, e é aquele que as empresas recorrem das multas que recebem por cometer, no entendimento da Receita, alguma irregularidade tributária. Já as súmulas são interpretações consolidadas acerca de algum tema, de modo a facilitar a análise de casos semelhantes entre si que chegam ao tribunal do órgão.

No tribunal, os conselheiros, o secretário da Fazenda, procuradores e representantes dos contribuintes podem propor os enunciados, isto é, o conteúdo das súmulas — cuja aprovação depende de três quintos dessa composição. Na prática, isso impede que só a Fazenda Nacional ou só os contribuintes aprovem algum entendimento de maneira unilateral.

‘VOTO DE QUALIDADE’

Pela portaria, publicada na quarta-feira, as súmulas passarão a ser editadas pelos representantes da Fazenda que compõem o Cosat. Elas terão como base três decisões da Câmara Superior, que é a última instância do Carf.

Assim, as súmulas editadas pelo colegiado do Carf — que tem representação paritária dos contribuintes — terão de passar pelo crivo do Cosat. Na avaliação da Associação dos Conselheiros dos Representantes dos Contribuintes no Carf (Aconcarf), a nova configuração esvazia o colegiado do Carf.

Em nota, a Aconcarf ressaltou ainda o fato de o Cosat não contar com conselheiros representantes dos contribuintes, além da figura do “voto de qualidade”, que pode ser dado exclusivamente por representantes da Fazenda Nacional na elaboração de uma súmula. Isso, afirmou, poderia resultar em “decisões e posições exclusivamente manifestadas por representantes da Fazenda Nacional, desconsiderando qualquer manifestação da representação da iniciativa privada.”

A aplicação de súmulas, lembrou a associação, é “obrigatória nos julgamentos realizados pelo órgão, sob pena de perda do mandato, conforme previsão do regimento interno”.

Também em nota, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) do Distrito Federal afirmou que “a inexistência de previsão quanto à participação dos representantes dos contribuintes no aludido comitê estampa conduta que fere a democracia e os princípios republicanos previstos

na Constituição.” Segundo a entidade, nada impede que uma súmula rejeitada pelo colegiado do Carf seja aprovada pelo novo comitê.

Esse ponto também é citado por Thales Michel Stucky, sócio do escritório Trench Rossi Watanabe, de São Paulo. Ele lembra que o Carf tem cerca de 200 conselheiros, metade deles representantes de pagadores de impostos:

—Anova estrutura tira a paridade entre representantes do Fisco e dos contribuintes. O risco alongo pra zoé de esvaziamento do Carf.

Para Henrique Erbolato, do Santos Neto Advogados, o Cosat terá o desafio de equilibrar os interesses de governo e contribuintes:

— O novo comitê precisa superara tendência natural de tomar decisões favoráveis ao Fisco. Do contrário, haverá perda de credibilidade das instâncias administrativas e uma crescente judicialização.

A Aconcarf sugere a revogação do trecho da portaria que esvazia a participação dos conselheiros ligados aos pagadores de impostos. Segundo um conselheiro, a associação deve pedir uma reunião ao Ministério da Economia para fazer essa sugestão. (Colaboraram Leo Branco e Renato Andrade)

“A nova estrutura tira a paridade entre representantes do Fisco e dos contribuintes” _ Thales Michel Stucky, do escritório Trench Rossi Watanabe

“O novo comitê precisa superar a tendência natural de tomar decisões favoráveis ao Fisco”
_ Henrique Henrique Erbolato, Erbolato, do do Santos Santos Neto Neto Advogados Advogados

Reforma cria dúvidas sobre carga ao setor financeiro

Debate é se mudança alivia volume de impostos pagos pelos bancos

Por **Marta Watanabe** — De São Paulo

04/10/2019 05h00 · Atualizado há 6 horas



Eduardo Fleury: volume de créditos de IVA pago nos insumos é o segundo fator que também fará diferença significativa no valor a ser recolhido pelos bancos — Foto: Claudio Belli/Valor

Com lucros que persistiram mesmo no período mais recente de crise, as instituições bancárias se tornaram o alvo preferido de uma das maiores polêmicas quando se discute o impacto que uma reforma tributária pode ter sobre os diferentes setores.

O setor financeiro é apontado por muitos como o grande favorecido com a mudança na cobrança de impostos sobre consumo estabelecida pelas principais propostas de reforma tributária em discussão. A afirmação vem sendo feita por especialistas e representantes de setores que terão aumento de carga com a reforma. Segundo eles, os bancos ficarão livres do novo tributo que poderá resultar da reforma, o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), uma espécie de Imposto sobre Valor Adicionado (IVA), e deixarão de pagar mais de R\$ 20 bilhões anuais em PIS e Cofins. Essa conta, dizem, será paga por alguém.

A reforma no setor bancário

Tributação e impactos do IVA

Quais tributos o IVA da PEC 45 vai reunir?

IPI, PIS, Cofins, ICMS, ISS

Quais tributos o setor paga atualmente?

■ Sobre a receita de intermediação financeira somada à receita de tarifas e serviços:

Cofins de 4% cumulativo
PIS de 0,65% cumulativo

■ Sobre a receita de tarifas e serviços:

ISS de 2% a 5%, dependendo do município

Quanto o setor passaria a pagar, segundo os formuladores da PEC 45?

■ Sobre receitas de tarifas e serviços:

25% de IVA, com créditos do IVA pago nos insumos.

O crédito do IVA pago nos insumos seria proporcional à participação da receita com tarifas na receita total.

A base de cálculo seria regulada por lei complementar

■ Sobre as receitas com intermediação financeira

Ficam livres da tributação sobre consumo

Qual impacto a reforma terá na carga tributária do setor?

Dependerá da representatividade da receita com tarifas em relação às demais receitas. Também dependerá do volume de créditos do IVA

O que o setor bancário diz sobre a proposta?

A Febraban, que reúne os bancos, não comenta o assunto. Economistas de bancos têm se manifestado favoravelmente a uma reforma tributária

Os formuladores de propostas que estão em discussão argumentam que os bancos pagarão IBS. A ideia é que as instituições paguem 25% sobre a receita de serviços e tarifas. Hoje elas pagam 4,65% de PIS e Cofins, mas calculados sobre uma base maior, que inclui, além da receita com tarifas, também o spread. O setor também paga, atualmente, o ISS municipal de 5% sobre as receitas com tarifas.

O que os bancos recolherão de IVA, portanto, depende de pelo menos dois fatores. Um deles é a proporção da receita de tarifas em relação à base de cálculo hoje tributada pelo PIS e pela Cofins. Quanto maior essa receita, mais alto será o IVA a ser recolhido.

A receita com tarifas não é desprezível pelo que mostra o relatório sobre o desempenho dos bancos que o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) elabora desde 2011. Os números do relatório do Dieese baseiam-se em dados contábeis e não levam em consideração a base de cálculo de nenhum tributo, mas indicam que o debate não é tão simples. Segundo o relatório, o resultado bruto da intermediação financeira dos cinco maiores bancos somou em 2018 R\$ 186,9 bilhões. A receita com prestação de serviços e tarifas foi de R\$ 135,2 bilhões.

A soma das duas receitas se aproxima da base sobre a qual os bancos pagam hoje PIS e Cofins de 4,65%. A receita com tarifas representa cerca de 40% dessa base. O ISS é de 2% a 5%, somente sobre a receita de tarifas. O IVA seria de 25% calculados por fora somente sobre a receita de tarifas. Desse valor, porém, deve ser deduzido o crédito do IVA pago em insumos como energia elétrica e contratação de serviços.

O volume de créditos de IVA pago nos insumos é o segundo fator que também fará diferença significativa no valor a ser recolhido pelos bancos, explica o advogado Eduardo Fleury, sócio do FCR Law. Quanto maior o crédito a ser abatido, menor o IVA que as instituições financeiras irão recolher. Hoje, o PIS, a Cofins e o ISS são cobrados sem direito a crédito.

O debate que aconteceu até agora segue sem apresentação de cálculos de nenhum dos lados envolvidos. Procurada, a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) informa que a entidade não se manifesta sobre propostas em tramitação. Especialistas em IVA vão além da discussão sobre impacto de carga tributária e dizem que pagar menos IVA não daria, necessariamente, maior vantagem para os bancos.

Rita de La Faria, professora da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e especialista em IVA, explica que nos modelos mais antigos do imposto, os europeus, os bancos são isentos do imposto. Nos modelos mais recentes, como os de África do Sul, Cingapura, Austrália e Nova Zelândia, descreve ela, o imposto é cobrado sobre a receita com tarifas e serviços. “Na Europa, os bancos reclamam por não serem contribuintes do IVA”, diz ela. Isso porque, sem contribuir para o imposto, eles precisam absorver integralmente o custo do IVA pago em computadores, em energia elétrica e na contratação de serviços de outsourcing.

Nessa situação, explica o advogado Eduardo Fleury, os bancos europeus reclamam porque perdem competitividade ao oferecer crédito na disputa com os bancos americanos, por exemplo, que não cobram IVA. Como não são contribuintes do IVA, as instituições financeiras europeias não tomam crédito do imposto pago nos insumos. O custo precisa ser absorvido e também ser repassado para a frente. O não recolhimento do IVA pelos bancos tem impacto também no elo seguinte, já que as empresas que são clientes dos bancos ficam sem créditos do imposto para abater.

Bernard Appy, diretor do Centro de Cidadania Fiscal (CCiF), diz que a PEC 45 não tira os bancos da tributação do IVA. O CCiF elaborou o projeto que deu base para a PEC 45, uma das principais propostas de reforma tributária em discussão, com tramitação na Câmara dos Deputados. A PEC 45 propõe reunir os tributos federais PIS, Cofins e IPI, além do estadual ICMS e do municipal ISS, num único tributo, o IBS. Outra proposta importante é a PEC 110, que tramita no Senado e que também estabelece a reunião de tributos federais e do ICMS e ISS num IBS.

“A PEC não tira os bancos do recolhimento do IVA. A base de cálculo será definida em lei complementar”, diz Appy, explicando que uma lei complementar será necessária não somente para definir o imposto dos bancos mas também para colocar o IVA como um todo em operação. Ele defende que o IVA dos bancos seja recolhido sobre receitas de tarifas e serviços e, portanto, a base de cálculo não abarcaria o spread. Nesse modelo, explica ele, os bancos teriam direito a crédito do IVA pago em insumos, mas não de forma integral. O crédito seria proporcional à participação da receita de tarifa no total de receitas.

Nesse modelo, diz Fleury, os bancos terão que absorver parte do custo do IVA pago nos insumos. “Lembrando que serviços tomados pelos bancos passarão a ser tributados a uma alíquota maior depois da reforma e esse imposto estará no preço.” Esse impacto, explica o tributarista, também deve ser considerado na conta da carga sobre os bancos com a adoção de um IVA.

Everardo Maciel, sócio da Logos Consultoria e ex-secretário da Receita Federal, concorda que o impacto dependerá do nível de receitas com tarifas e do volume de créditos de IVA, mas se diz convencido de que os bancos terão redução de carga com a reforma em discussão. “Não há dúvida disso. O PIS e Cofins são cobrados

sobre a receita bruta, não são cobrados sobre consumo”, diz ele, que é contrário à reforma proposta pela PEC 45 como um todo.

A reforma, diz Everardo, provocará uma redistribuição de carga tributária que terá setor financeiro como um dos favorecidos, em detrimento de todas as empresas tributadas pelo lucro presumido, distribuídas em vários segmentos, entre eles os de saúde, educação e transportes. A medida, diz ele, também vai elevar carga dos autônomos e dos produtores rurais equiparados a pessoas jurídicas.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Grelhe seus alimentos no fogão sem fumaça!

DESCONTALIA

LINK PATROCINADO

Dica super barata para se livrar dos joanetes Salvador

TAPICT

LINK PATROCINADO

Jovens descobriram uma forma de ganhar dinheiro na Netshoes

MELIUZ

LINK PATROCINADO

Novos planos de Internet são mais baratos do que nunca. Veja ofertas

PLANOS DE INTERNET | LINKS PROMOVIDOS

LINK PATROCINADO

Aprenda inglês na Irlanda. Faça sua cotação na IE Intercâmbio!

IE INTERCÂMBIO

LINK PATROCINADO

Ela colocou o caule de uma rosa em uma batata e olha o que aconteceu uma semana depois! Surpreendente!

CONSELHOS E TRUQUES

Mais do Valor **Econômico**

Guedes diz que enviará tributária este mês

Proposta do governo deve vir em duas etapas

Por Marcelo Ribeiro, Lu Aiko Ota, Raphael Di Cunto e Mariana Ribeiro — De Brasília

04/10/2019 05h00 · Atualizado há 6 horas

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ) e o ministro da Economia, Paulo Guedes, já reconhecem, nos bastidores, que a reforma tributária não concluirá a tramitação na Câmara em 2019. Guedes, prometeu a Maia (DEM-RJ), enviar a proposta de reforma tributária do governo em duas etapas. A primeira chegaria na Câmara até a segunda quinzena deste mês.

Essa primeira fatia da reforma tributária trata de um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) e será acoplada à proposta de tributo de Estados e municípios, que integra o texto do deputado Baleia Rossi (MDB-SP), em tramitação na comissão especial da Câmara.

Em um segundo momento, sem previsão ainda de data, Guedes deve encaminhar um segundo projeto que tratará da reforma do imposto de renda e da desoneração da folha de pagamento.

Ontem, Maia confirmou que governo enviará uma proposta própria e classificou isso como “fundamental” para o andamento do texto no Poder Legislativo. “Nós estamos esperando. A participação do Poder Executivo na reforma tributária é fundamental”.

Guedes teria reforçado a importância de criar uma comissão mista para analisar a reforma tributária. O objetivo é construir um texto consensual entre a Câmara e o Senado e dar celeridade à tramitação. Fontes da equipe econômica dizem que a

ideia de criação do colegiado “está avançando” e seria abordada em encontro entre o ministro e o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP).

Com a iniciativa, Guedes pretende amenizar as críticas vindas do Congresso de que a reforma tributária estava “estacionada”, diante da inércia do governo ao não enviar um projeto próprio. O ministro demonstrou a intenção em publicar uma portaria para criar um conselho político tributário, que seria presidido por ele. Deste modo, ele pretende monitorar as discussões sobre a reforma tributária e aumentar o ritmo dos trabalhos.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Bebê Reborn-Kit Raven 8

ELO7

LINK PATROCINADO

Boneca Bebê Reborn Real Brinquedo Menina Surpresa Rosa Princesa Morena

R\$ 284,90 - AMERICANAS.COM.BR

LINK PATROCINADO

SHORT CLOCHARD EM LINHO

R\$ 89,90 - LOJASRENNER.COM.BR

LINK PATROCINADO

Por R\$549 ou

R\$549 - EXTRA.COM.BR

LINK PATROCINADO

Sofá Encanto 3 Lugares 4781 Tec 140A Amêndoa

R\$ 1.946,90 - AMOEDO.COM.BR

LINK PATROCINADO

Comfort Shape Polishop

R\$ 84,90 - POLISHOP.COM.BR

Mais do Valor **Econômico**

Estado de emergência no Equador após alta no preço dos combustíveis

Corte dos subsídios à gasolina e ao diesel custam 1,9% PIB e fazem parte de um pacote econômico mais amplo, previsto dentro do acordo do Equador com o FMI

Por **Marsílea Gombata** — De São Paulo

04/10/2019 05h00 · Atualizado há 6 horas



Polícia reage com gás lacrimogêneo a manifestações em Quito. Protestos levaram presidente Lenín Moreno a declarar estado de emergência no país ontem — Foto: Dolores Ochoa/ AP

O presidente do Equador, Lenín Moreno, declarou estado de emergência ontem, depois de violentos protestos em todo o país em reação ao corte de subsídios a combustíveis, como parte de um pacote de ajuste fiscal.

A medida, que prevê aumento do preço de diesel e gasolina, levou taxistas e motoristas de ônibus e caminhões a bloquearem as ruas da capital, Quito, e de Guayaquil, a maior cidade do país. Grupos indígenas, estudantes e sindicatos aderiram aos protestos, bloqueando estradas com pedras e queimando pneus. Em Quito, manifestantes atiraram pedras na polícia, que reagiu com gás lacrimogêneo. Ao menos 19 pessoas foram detidas.

Moreno, que chegou à Presidência em 2017, disse que o subsídio “perverso” em vigor há 40 anos distorceu a economia e que os protestos não deveriam paralisar o Equador. “É uma decisão postergada há décadas”, disse. “Para garantir a segurança dos cidadãos e evitar o caos, ordenei um estado nacional de emergência.” A medida suspende alguns direitos civis e capacita os militares a manterem a ordem.

Os protestos devem continuar nos próximos dias. Isso porque Moreno dificilmente retrocederá na decisão de cortar os subsídios, dizem analistas. “Não existe a possibilidade de rever [as medidas]”, disse o presidente ontem.

O corte dos subsídios à gasolina e ao diesel, que custam 1,9% do PIB, faz parte de um pacote econômico mais amplo, previsto no acordo do Equador com o Fundo Monetário Internacional (FMI). A ajuda de US\$ 4,2 bilhões do Fundo foi acertado em fevereiro e tem como uma das metas reduzir o déficit orçamentário do país de 1,2% do PIB em 2018 para 0,3% neste ano.

“Se o presidente retroceder nas medidas que são parte do acordo com o FMI deixará de receber os desembolsos previstos”, afirma Simón Pachano, da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, em Quito. “São medidas necessárias para equilibrar as contas, depois do governo de Rafael Correa (2007-2017), que ampliou o gasto público excessivamente.” No governo Correa, o déficit orçamentário passou de 0,1% do PIB para 4,7%, segundo o Ministério de Economia e Finanças do Equador.

Com a alta dos preços dos combustíveis, o governo espera economizar US\$ 1,5 bilhão por ano. Na tentativa de aumentar a arrecadação, o Equador anunciou na terça-feira que deixará a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep), para poder elevar a sua produção de 545 mil barris/ dia.

O reajuste do combustível é parte de um pacote econômico que foi anunciado na terça-feira e que prevê também redução de impostos para importações de bens de capital, para incentivar investimentos e geração de emprego. O pacote foi menor do que o esperado e deixou de fora o aumento do IVA de 12% para 15%, como era esperado.

O aumento do preço do galão de gasolina (3,7 litros), de US\$ 1,85 para US\$ 2,30, e o do diesel, de US\$ 1,03 para US\$ 2,27, compensa a alta do IVA, que ficou de fora do pacote, afirma em relatório Siobhan Morden, estrategista-chefe de renda fixa para América Latina na Amherst Pierpont Securities.

“Para mim não há outra alternativa se não cortar os subsídios a combustíveis”, diz César Robalino, do Observatório Fiscal do Equador. “Se o governo não tomasse essa medida, o déficit orçamentário poderia chegar a 4,5% do PIB neste ano.”

Diferentemente do acordo stand-by entre Argentina e FMI no ano passado, o acordo com o Equador é um Programa de Financiamento Ampliado, com foco em reformas de médio prazo. O governo deve encaminhar à Assembleia Nacional projetos de reformas tributária e trabalhista. O Fundo estima que a economia do Equador vai se contrair 0,5% neste ano e crescerá 0,2% no ano que vem.

Com uma população de mais de 17 milhões de pessoas, o Equador tem uma longa história de instabilidade política. Os protestos de rua derrubaram três presidentes durante a turbulência econômica na década anterior à chegada de Correa ao poder.

“As medidas anunciadas por Moreno têm um alto custo político e pesarão na posição dos eleitores nas eleições de 2021”, afirma Claudia Navas, da consultoria Control Risks. “Por isso, é improvável que ele tente se reeleger.” **(Com agências internacionais)**

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Bebê Reborn-Kit Raven 9

ELO7